PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Do Sr. ADAIL CARNEIRO)

Cria descontos nas tarifas de energia elétrica de unidades consumidoras classificadas como associações comunitárias, cooperativas, fundações e ONGs de um modo geral sem fins lucrativos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar acrescida do art. 25-A:

“Art. 25-A”. As unidades consumidoras classificadas como associações comunitárias, cooperativas, fundações e ONGs de um modo geral sem fins lucrativos terão descontos mínimos nas tarifas de energia elétrica de 50% (cinquenta por cento).

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se associações comunitárias, cooperativas, fundações e ONGs de um modo geral, entidades que desenvolva atividades de pequeno porte fornecimento de abastecimento d’água residencial ou por dessalinizadores, ou por qualquer outra atividade sem fins lucrativos definidas em regulamento.

§ 2º Nas bandeiras tarifárias homologadas pela Aneel deverão incidir os descontos especiais previstos no caput. ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As unidades consumidoras classificadas como associações comunitárias, cooperativas, fundações e ONGs de um modo geral sem fins lucrativos, desenvolvidos por associações ou cooperativas, são responsáveis por atividades industriais de pequeno porte no meio rural. É de amplo

conhecimento que o desenvolvimento de atividades industriais no meio rural precisa enfrentar diversos desafios, como treinamentos especializados, conhecimento sobre as características do empreendimento, e, principalmente, recursos para realizar os investimentos necessários.

Considerando a importância do desenvolvimento das áreas rurais do nosso País, ainda mais em momento de crise econômica como a enfrentada atualmente, a presente proposta visa minimizar os problemas financeiros dos centros comunitários de produção estabelecendo descontos nas tarifas de energia elétrica.

Com os descontos concedidos, mais recursos poderão ser destinados para as atividades industriais, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento socioeconômico da população rural do nosso País.

Certos da importância da presente proposta, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado ADAIL CARNEIRO